

ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS PARA A LEGITIMAÇÃO DA DITADURA Entre ‘política de verdade’ e política *da* verdade

GABRIELA IURCEV
UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI PADOVA

Abstract – Equipped with balanced budgets and international praise for his work, António de Oliveira Salazar became Minister of Finance on April 27, 1928, with reinforced powers as per usual at the time. After several crises caused by the instability of the government, which gave rise to a new formation of the executive, the resolution of the last one is followed by the third speech made in public by Salazar, on October 21, 1929, in the Sala do Conselho de Estado, for the occasion of the homage paid to him by the Municipal Councils of the country. The main theme of the paper is precisely the aforementioned speech, entitled “POLÍTICA DE VERDADE; POLÍTICA DE SACRIFÍCIO; POLÍTICA NACIONAL”, where the Minister sets out his ideas on the future of the country and calls for the writing of a new Constitution, capable of creating a stable political order. The study intends to identify some of the linguistic strategies applied by Salazar to gain the trust of his public and, in this specific case, to gain consensus regarding the legitimation of the dictatorship. To this end, we will focus our analysis on aspects such as the *ethos* and the regime’s association with the dichotomy of truth and lie, which suggests that *ditadura* is true politics and, indisputably, *the* politics of truth.

Keywords: António de Oliveira Salazar; dictatorship; speech; discursive strategies; *ethos*.

1. Introdução e referencial teórico

Munido de orçamentos equilibrados e elogios internacionais à sua atuação, António de Oliveira Salazar torna-se Ministro das Finanças a 27 de abril de 1928, com poderes reforçados relativamente ao habitual na época.

Após várias crises causadas pela instabilidade do governo, que deram origem à uma nova formação do executivo, a resolução da última delas¹ é seguida pelo terceiro discurso pronunciado em público por Salazar, a 21 de outubro de 1929, na Sala do Conselho de Estado, por ocasião da homenagem que lhe foi prestada pelas Câmaras Municipais do país (Meneses 2011, pp. 98-102). Fulcro do trabalho aqui presente é precisamente dito discurso, intitulado “POLÍTICA DE VERDADE; POLÍTICA DE SACRIFÍCIO;

¹ A 7 de novembro o primeiro-ministro coronel Vicente de Freitas demite-se por condições incompatíveis com os princípios e a política de Salazar e o general Carmona, presidente da República, insiste para que os dois homens continuem a trabalhar juntos. O resultado desse primeiro confronto, porém, não agrada ninguém. A crise leva à entrada de Mário de Figueiredo, amigo e colaborador de Salazar, como Ministro da Justiça. Figueiredo, católico empenhado, revoga algumas das medidas da lei que estipulava a separação entre a Igreja e o Estado, provocando uma crise em grande escala no seio do executivo. Ameaçando se demitir caso suas medidas fossem anuladas, e com o apoio – não da atitude mas do mesmo destino político – de Salazar, a 2 de julho, durante um Conselho de Ministros, os dois homens são destituídos. Mais uma vez intervém o general Carmona, que pede à Salazar para se abster de abandonar a política. Tal ação, porém, leva Vicente de Freitas a apresentar a demissão do Governo. A este ponto tem de ser formado um novo executivo, novo mas à volta da figura cada vez mais forte do ministro das Finanças de Salazar (Meneses 2011, pp. 98-102). Consultar também Pimenta 2011.

POLÍTICA NACIONAL”, onde o ministro expõe as suas ideias sobre o futuro do país e apela à redação de uma nova Constituição, capaz de criar uma ordem política estável.

Falar de “discurso político”,² nas palavras de Patrick Charaudeau, “é tentar definir uma forma de organização da linguagem em seu uso e em seus efeitos psicológicos e sociais, no interior de determinado campo de práticas. Trata-se aqui de um objeto de estudo, que está no centro de diversas disciplinas” (Charaudeau 2011, p.32). Por discurso político, ainda, “entendemos una noción pragmática, cuyo interés y atención se dirigen a las condiciones en que se produce y al proyecto y motivación del sujeto que elabora el discurso” (De Rosa 2021, 51). Nesse sentido, “come si suole parlare della fisionomia di un’epoca o di un paese, così un’epoca si esprime attraverso il suo linguaggio (Klemperer 2008, p. 25), logo, conhecer e contextualizar a situação do período histórico que está à base da nossa análise é, naturalmente, de fundamental importância, onde “situação”, antes de mais,

è l’insieme di circostanze (concrete ed astratte) in cui avviene un evento di comunicazione linguistica; è il luogo specifico in cui l’attività linguistica si esplica; ed è tipicamente data da una costellazione di componenti realizzanti in simultaneità, suscettibili ciascuno di influenzare per qualche aspetto e in qualche maniera il comportamento linguistico messo in opera dai parlanti, nei quali occorre scinderla. La più nota tassonomia dei componenti della situazione comunicativa è [...] quella [...] che distingue, ampliando e specificando la nota lista dei fattori della comunicazione di Jakobson, sedici componenti dell’evento linguistico: il contesto ambientale (definizione spazio-temporale della situazione), la scena (sua definizione culturale), il parlante, il mittente, l’ascoltatore (eventualmente, il ricevente o l’uditorio), il destinatario, gli scopi-risultati, gli scopi-fini, la forma del messaggio, il contenuto del messaggio, la chiave, i canali di comunicazione, le forme di parlata, le norme di interazione, le norme di interpretazione e i generi. (Berrutto 1995, pp. 72-73)

Explica Cortelazzo (2016) que

La politica si realizza in gran parte attraverso le parole che, a sua volta, si organizzano in testi, orali o scritti. I testi politici sono molto vari, da diversi punti di vista: da quello delle finalità, del contesto di realizzazione, delle forme testuali utilizzate, dei modi testuali messi in campo ecc. Alla varietà di costituzione dei testi, corrisponde la varietà dei modi di analizzarli e valutarli. I testi politici possono essere esaminati dal punto di vista del lessico utilizzato, da quello delle strategie retoriche attivate, da quello del rapporto che si instaura tra emittente e destinatario. (Cf. Cortelazzo 2016)

² A análise do discurso desenvolveu-se na França com base em um *corpus* especificamente político. Novas noções como as de *enuniação*, de *corpora de textos* (e não apenas de frases), de *contextos*, de *condições de produção* permitiram aos estudos linguísticos descobrir e determinar um novo campo de análise da linguagem, que não remetia mais à língua, ao estudo dos sistemas da língua, mas ao discurso, isto é, aos atos de linguagem que circulam no mundo social e que testemunham, eles próprios, aqueles que são os universos do pensamento e de valores que se impõem em um tempo histórico dado.

A análise do discurso político invocou em seu início o “materialismo histórico” e uma “teoria das ideologias” e, atualmente, os estudos que se desenvolvem sobre o discurso político procuram combinar vários métodos, como os da análise lexicométrica, enunciativa e argumentativa. Paralelamente, surgiu nos anos 80 a análise crítica do discurso, definida e desenvolvida por Teun A. van Dijk, que começou interessando-se pelo discurso racista em todas as suas formas, mesmo as mais indiretas e dissimuladas, para, em seguida, tentar “elucidar as estratégias de legitimação e de construção da dominação que se inscrevem no *abuso do poder*, o que, diga-se de passagem, não é apenas uma questão ideológica, mas de comportamento psicossocial.

A questão mais global da finalidade de uma análise dos discursos políticos quanto à sua capacidade de revelar o que é a realidade do poder, este sendo, para alguns, essencialmente uma questão de ação, tendo, portanto, necessidade de mostrar que não poderia haver ação política se não houvesse discurso que a motivasse e lhe conferisse sentido. (cf. Charaudeau pp.37-39)

Com efeito,

Um linguista do discurso [...] não pode ignorar que a linguagem não faz sentido, a não ser na medida em que este é considerado em um certo contexto psicológico e social – e que, conseqüentemente, em seus procedimentos de análise devem ser integrados conceitos e categorias pertencentes a outras disciplinas humanas e sociais. [...] trata-se de tomar posição quanto às relações entre *linguagem*, *ação*, *poder* e *verdade*, a fim de determinar a problemática particular na qual será estudado o discurso político. Antes, porém, é necessário interrogar-se sobre a natureza e o funcionamento do que chamaremos [...] de *palavra política*, na medida em que ela se inscreve em uma prática social, circula em certo espaço público e tem qualquer coisa que ver com as relações de poder que aí se instauram. (Charaudeau pp.15-16)

Nosso objetivo, em relação ao que acaba de ser ilustrado acima, é realizar uma análise do discurso político salazarista proferido publicamente a 21 de outubro de 1929 por intermédio de uma crítica que terá por base estudos discursivos e retóricos mirados a individuar estratégias discursivas, que se escondem sob a linguagem,³ aplicadas por Salazar para ganhar a confiança do seu público e, no caso específico, para ganhar consenso no que se refere à legitimação da ditadura.

Nesse sentido, a proposta mira centrar a análise em aspectos quais a construção do *ethos* – elogio do auditório; uso do *nós* inclusivo; tópos da *captatio benevolentiae* e polifonia concordante – e da legitimidade da ditadura civil – elogio e humanização da mesma, associação do regime à dicotomia verdade e mentira, polifonia discordante e ritmo (em particular modo enumeração e acumulação) –, da qual resultará que a ditadura é, indiscutivelmente, *a política da verdade*.

2. A construção do *ethos*

A questão de saber se a persuasão está relacionada à razão ou aos sentimentos se impôs aos antigos desde Aristóteles. É preciso “tocar” os juizes, os jurados e o auditório, onde tocá-los quer dizer colocá-los em uma “disposição de espírito” tal que seu julgamento possa ser mais facilmente orientado numa determinada direção. Desde então admite-se que os sentimentos não podem ser descartados em nenhum processo linguageiro que tenda a influenciar o interlocutor, pois a persuasão pertenceria aos sentimentos, fundar-se-ia sobre os deslocamentos emocionais e estaria, enfim, voltada para o auditório. O *logos*, de um lado, o *pathos*, de outro, a que é preciso acrescentar o *ethos*, que diz respeito à imagem daquele que fala e que é igualmente suscetível de tocar o auditório pela possível identificação deste à pessoa do orador (Charaudeau 2011).

O *ethos* é um dos meios pertinentes à afetividade e diz respeito ao caráter que o orador deve assumir para atrair a atenção e conquistar a confiança do público. Quaisquer que sejam seus argumentos lógicos, eles não têm poder sem essa confiança, que deve vir de seu discurso; o importante, logo, não é o carácter que o público conhece, é o que o orador sabe dar a conhecer. Naturalmente, o *ethos* será diferente dependendo do público, tendo, porém, de respeitar as condições mínimas de credibilidade, devolvendo uma imagem de sensatez e sinceridade (cf. Reboul 2002, pp. 67-71). Nesse sentido, quando falamos de *ethè* – atributos do orador e não os do público, *pathè* – referimo-nos

³ Sobre o assunto redirecionamos ao conceito de “formação discursiva” em Foucault 2008, pp. 35-44.

aos traços de caráter que o orador deve *mostrar* ao auditório (pouco importa a sua sinceridade) para causar boa impressão: são os *jeitos*. Não se trata pois de uma psicologia expressiva, mas de uma psicologia imaginária (no sentido psicanalítico): eu devo significar o que quero ser *para o outro*. (Barthes 1970, 77)

Com efeito

O *ethos* é, no sentido próprio, uma conotação: o orador enuncia uma informação e, *ao mesmo tempo*, diz: eu sou isto, não sou aquilo. Para Aristóteles, existem três “jeitos”, cujo conjunto constitui a autoridade pessoal do orador: 1. *phronêsis*: é a qualidade daquele que delibera bem, que pesa bem os *prós* e os *contra*: é uma sabedoria objetiva, um bom senso exibido; 2. *aretê*: é a exibição de uma franqueza que não teme as consequências e se exprime mediante asserções diretas, impregnadas de uma lealdade teatral; 3. *eunoia*: trata-se de não entrar em choque, não provocar, ser simpático, entrar numa cumplicidade complacente com relação ao auditório. Em suma, enquanto está falando e desenvolvendo o protocolo das provas lógicas, o orador deve dizer continuamente: sigam-me (*phronesis*), estimem-me (*aretê*) e gostem de mim (*eunoia*). (Barthes 1970, 78)

Em relação ao que acaba de ser ilustrado, no discurso que escolhemos trazer aqui foram encontradas algumas estratégias aplicadas por Salazar para a concretização dos objetivos relacionados com o *ethos*, entre as quais ressaltamos:

2.1. Elogio do auditório e uso do nós inclusivo

Segundo um princípio de alteridade cada ato de linguagem emana de um sujeito que pode definir-se apenas em relação ao outro, ou seja, sem a existência do outro não há consciência de si. Nessa relação e segundo um princípio de influência, o sujeito não cessa de trazer o outro para si, para que esse outro pense, diga ou aja segundo a intenção daquele (Charaudeau 2011).

A partir dos elogios que Salazar faz a seu auditório mais restrito – os representantes do poder –, como lemos em “Vão para V. Ex.^a, Sr. Ministro, e para o Governo os *meus primeiros agradecimentos pela bondade das suas palavras*”⁴ (Salazar 2016, p. 45), “Às *ilustres* comissões administrativas dos municípios agradeço penhorado a *honrosa manifestação* que me é feita pelos seus *dignos representantes*, e afirmo que guardarei dela perdurável e *grata recordação*” (Salazar 2016, p. 45), “Quisestes vós ter a *amabilidade* de trazer-me [...] uma *palavra quente* de aplauso. [...] *tão benéficos resultados* tem o País tirado *da vossa administração*. [...] Que para o *ilustre Chefe do Estado* vão, pois, as vossas últimas e *mais quentes saudações*” (Salazar 2016, 53) e “e *honra* seja aos Chefes de Governo [...] e aos Ministros *que têm sacrificado* às altas necessidades da Pátria, *com um pouco do seu legítimo orgulho*, os seus pontos de vista pessoais” (Salazar 2016, p. 53), e o auditório mais alargado – o povo português –, como lemos em

depois, pareceu-me que, estando-me vedado percorrer o País, haveria vantagem, para a marcha dos negócios públicos, em *apreender* nesta Lisboa «*de muitas e desvairadas gentes*» o que *pensam* e o que *sentem* claramente, verdadeiramente, nas profundezas da sua alma *sã*, as cidades, as vilas, as serras e os campos de Portugal. (Salazar 2016, p. 45)

e no emprego do pronome da primeira pessoa do plural *nós*, o Ministro das Finanças procura corresponsabilizar os cidadãos pelos resultados positivos, buscando,

⁴ Quando não especificado o itálico nas citações é nosso.

desta maneira, uma aproximação com seu público. Com efeito, “per coinvolgere interlocutori incerti è importante offrire loro elementi in cui immedesimarsi, e quanto più il pubblico degli incerti è differenziato tanto più le nozioni da presentare possono essere differenti e anche contrastanti tra di loro” (Cf. Cortelazzo 2016). Ainda,

O político, em sua singularidade, fala para todos como portador de valores transcendentais: ele é a voz de todos na sua voz, ao mesmo tempo em que se dirige a todos como se fosse apenas o porta-voz de um Terceiro, enunciador de um ideal social. Ele estabelece uma espécie de pacto de aliança entre esses três tipos de voz – a voz do Terceiro, a voz do Eu, a voz do Tu-todos – que terminam por se fundir em um corpo social abstrato, frequentemente expresso por um Nós que desempenha o papel de guia. (Charaudeau 2011, p. 80)

Encontramos testemunha de dito uso do *nós* em “e os caminhos por onde *havemos* de chegar à *nossa* regeneração financeira” (Salazar 2016, p. 46), “O primeiro sentido dessa política de sacrifício é que há uma geração sacrificada ao futuro da Pátria – a *nossa* geração” (Salazar 2016, p. 49), “o revigoramento do *nosso* sentido nacional” (Salazar 2016, p. 51), “Esta ideia que domina por toda a parte a reorganização, *devemos* tê-la bem presente” (Salazar 2016, p. 52), “E se *nos lembrarmos* de que fora do Estado [...] se desenvolve a vida económica e financeira, por cuja regularidade e perfeita correcção ao Estado incumbe olhar, *vemos* alargar-se o vasto campo da reforma” (Salazar 2016, p. 48), “e tudo se fará sem menosprezo dos princípios fundamentais da *nossa* administração, contanto que não *percamos* o sentido das proporções, não *precipitemos* a solução conjunta de problemas além das *nossas* possibilidades” (Salazar 2016, p. 52),

Realizámos um esforço análogo ao da Inglaterra, da Áustria, da Hungria, da Checoslováquia, da Alemanha, da Itália, da Bélgica, da França, enfim de todos os países que trataram de levantar-se das ruínas deixadas pela guerra; e a Europa teve de reconhecer que *procedemos* com verdadeiro heroísmo. (Salazar 2016, p. 52)

e assim se evitará o desconhecimento das *nossas* coisas e o menosprezo dos *nossos* maiores interesses. [...] onde *comerciamos*? onde colocamos os *nossos* capitais? *Acabamos* com as restrições [...]. É o *nosso* dever de Estado que deseja [...]. Mas o *nosso* dever de Portugueses [...]. *Nós* caminhamos para a livre circulação [...], *nos impõem* ainda algumas restrições. [...] e *força-nos* [...]. *Devemos* ter o espírito largo [...], mas *vemos* correr mundo [...], o revigoramento do *nosso* sentido nacional. (Salazar 2016, p. 50)

Enfim, em “*Ai de nós* se supomos chegadas maiores facilidades” (Salazar 2016, p. 53) Salazar chega a usar uma fórmula que simula um discurso informal.

Com efeito, dito pronome marca a construção de uma identidade colectiva, acentuando, ainda, a oposição entre *nós* e os *outros*, tratado no Paragrafo 2.3.

2.2. *Humildade e modéstia*

Nas palavras de Bice Mortara Garavelli (v. também Barthes 2000; Perelman C. e Olbrechts-Tyteca L. 2001)

Nell’oratoria giudiziaria e politica, scopo dell’esordio era rendere il giudice, o il pubblico, benevolo, attento, arrendevole (*benevolum, attentum, docilem*). [...] La precettistica degli esordi conteneva minuziose elencazioni degli accorgimenti da adottare per attrarre l’attenzione dell’uditorio, per indurlo a seguire i ragionamenti nelle loro pieghe più riposte e a essere benevolo verso l’oratore. [...] A un oratore si proponeva, per esempio, di confessare la propria inadeguatezza, di dichiararsi “incapace, inesperto, impari per ingegno ai patroni della parte avversa”. E il *tópos* dell’affettazione di modestia, diffusissimo in tutte le letterature e ritenuto psicologicamente efficace nell’oratoria, perché “c’è un moto naturale di simpatia per chi si

trovi in difficoltà”, come Quintiliano ricordava [...]. La dichiarazione di inadeguatezza poteva avere luogo non al principio, ma nel pieno di un discorso, o meglio ancora alla fine, nel ‘punto caldo’ della mozione degli affetti. (Garavelli 2006, pp. 62-64)

Nesse sentido, o *tópos da captatio benevolentiae* é evidente em

não obstante a *violência* que precisei de fazer sobre mim próprio para estar aqui neste momento. *Sacrificando* a mais altas considerações o meu modo de ver pessoal, não me opus *terminantemente* a este acto por dois motivos principais: temi que uma recusa formal fosse tida como maior manifestação de *orgulho* do que em qualquer caso podia ser de *vaidade* aceitar os vossos aplausos. (Salazar 2016, p. 45)

Sendo o *ethos* o resultado de uma construção discursiva, encontramos que Salazar “se empenha na construção de uma identidade ou de uma imagem de si, sujeito enunciador, que se revela decisiva na sua argumentação e consequente capacidade de mobilização do auditório” (Pinto 2014, p. 330). Com efeito, em “*Se me permitis*, porém, eu desenvolvo um pouco mais o nosso pensamento comum” (Salazar 2016, p. 46), “*Preenchendo o meu tempo a falar-vos* do espírito informador da nossa administração, *foi meu propósito* deliberado *poupar-vos* aos cálculos e números, maçadores como todos os discursos de ministros das Finanças” (Salazar 2016, p. 52), “Foi para mim a homenagem, mas a obra não é minha: *eu sou apenas obreiro que trabalha*, com espírito de bem servir, na campanha do levantamento de Portugal e realiza disciplinadamente, no conjunto, a parte que se lhe pede” (Salazar 2016, p. 53) e

Por mim estou convencido de que a facilidade de realização de certos actos e a rapidez dos resultados obtidos demonstram que *não fiz mais que* traduzir na palavra e no facto, possivelmente com maior precisão que outros pelas condições especiais do meu lugar, as tendências, as aspirações, o espírito de renovação e reforma do País. (Salazar 2016, p. 45)

Salazar pede licença ao seu público, o poupa dos assuntos demasiado técnicos como espécie de clemência, admite que não construiu nada (e que apenas participou) e minimiza seu mérito justificando seu atos.

2.3. Polifonia concordante

Ao tratar da reorganização financeira de Portugal, mais em específico da defesa do orçamento, Salazar convoca a voz do Ministro das Finanças francês da época, Henry Chéron, em reforço às suas propostas, instaurando assim um momento de polifonia concordante:

Defender com solicitude e energia o orçamento, para assegurar a sequência da restauração financeira e o desenvolvimento da acção económica, é, continua a ser a primeira necessidade [...]. Eis a posição que há pouco marcava em França o Sr. Chéron, Ministro das Finanças, para que pudesse consolidar-se o equilíbrio em que tanto se empenhara, e com tão brilhante resultado, o Governo Poincaré. (Salazar 2016, p. 52)

Através desta estratégia o Ministro das Finanças português dilui a responsabilidade enunciativa das suas asserções, o que acaba por amplificar, mesmo que de forma indireta, a autoridade da sua própria voz – principalmente em “com tão brilhante resultado” – e concretizar uma das várias estratégias de autocrédibilização e de reforço do *ethos* que utiliza recorrentemente ao longo do seu discurso (Pinto 2014, pp. 316-317).

Em relação à comparação e nas palavras de Olivier Reboul,

Em que consiste o alcance argumentativo da comparação? No fato desta última permitir que um dos termos seja justificado a partir do outro ou de outros. Justifica-se um aumento de salário, uma nota de exame, uma condenação, comparando-os com outros da mesma categoria. Na realidade, o argumento só é rigoroso se comparar realidades do mesmo tipo que, por esse motivo, podem ser submetidas ao mesmo critério de avaliação [...]. Inversamente, quando se comparam realidades heterogêneas, tende-se – muitas vezes erroneamente – a torná-las homogêneas.⁵ (Reboul 2002, pp. 200-201)

Ainda, além da voz de Henry Chéron, Salazar afirma em contar com a confiança dos países estrangeiros e, sobretudo, com a *absoluta* confiança da Nação, como podemos ler em “porque não darão os Portugueses ao seu país a confiança que lhe dão já hoje os países estrangeiros” (Salazar 2016, p. 51) e em “Para essa ditadura não tem faltado a absoluta confiança da Nação, e honra seja aos Chefes de Governo” (Salazar 2016, p. 53).

Enfim, o Ministro das Finanças não se limita a recorrer a reforços de fora, mas também garante em primeira pessoa. No que se refere às várias reformas orçamentárias, onde citou o nome de Chéron, afirma que “quando acabada, *eu consideraria* uma das maiores e mais interessantes obras da Ditadura” (Salazar 2016, p. 48); mais em geral, encontramos também “Como a vida social, a política e a administração pública devem apoiar-se na verdade: por temperamento, por convicção, por imposição da consciência, defendo esta forma de dirigir e de administrar” (Salazar 2016, p. 46) e “As garantias políticas destes factores primários parece-me a mim que devem ter a sua consagração na Constituição Portuguesa” (Salazar 2016, p. 51).

3. A legitimação da ditadura

3.1. Elogio da ditadura

Disseminadas no discurso, embora com especial incidência em “A Nação no Estatuto Constitucional” – parágrafo inteiramente dedicado à criação de uma nova Constituição –, são várias as estratégias voltadas a elogiar a ditadura e a sua política. Nesse sentido, Salazar avança com predicções sobre o regime, nas quais se destaca a intenção de positivação desta realidade.

Em “a Ditadura não é regime de arbítrio ou prepotência, mas *regime de forte, de honesta legalidade*” (Salazar 2016, p. 51), “Com o equilíbrio do orçamento, a seriedade das contas, a lisura nos contratos e este conceito de o Estado dever ser sempre uma *pessoa de bem*” (Salazar 2016, p. 51), “Tem posto a Ditadura ao serviço deste pensamento *o que nela há de essencial: a concentração de poderes, a rapidez de movimentos, a segurança da força*” (Salazar 2016, p. 51), podemos ler que o regime é de forte e honesta legalidade, é comparado a uma pessoa de bem (e o que quer dizer ser uma pessoa de bem neste caso?) e suas características essenciais abrangem só aspectos, naturalmente, positivos. Porém, se observarmos mais de perto iremos perceber na verdade que tais características são semanticamente vazias, pois o que quer dizer ser uma pessoa de bem neste caso? ou quanto rápido tem de ser os movimentos, e de quais movimentos está falando? à qual força Salazar se refere?

Se por um lado o Ministro das Finanças investe, por assim dizer, na positivação do regime, por outro ele tenta convencer através do fato de que existe somente uma solução,

⁵ A tradução, quando não indicado de forma diferente, é nossa.

não havendo outra escolha: “Destá situação *não havia mais que uma saída*” (Salazar 2016, p. 49), “*preferência que nunca poderia ser criticada* a um país” (Salazar 2016, p. 51), “*Só assim* este será a expressão jurídica da Nação na realidade da sua vida colectiva” (Salazar 2016, p. 51), “*é, continua a ser* a primeira necessidade, *porque de outra forma* romper-se-ia o equilíbrio fundamental e *tudo se desmoronaria*” (Salazar 2016, p. 52). Nesse sentido as palavras de Salazar soam como uma justificação e, de facto, no

discurso de justificação [...] Tenta-se fazer aceitar a ideia de que realizar um projeto político, qualquer que seja seu valor transcendental, passa necessariamente pelas limitações mas que o resultado adquirido vale mais que resultado algum; tal como a imagem do cirurgião que diria: “É preciso saber sacrificar um membro para salvar o corpo”. (Charaudeau 2011, p. 131)

3.2. A ditadura e a sua política da verdade

A lei fundamental da retórica é que o orador sempre se expressará “em função de outros discursos. Além disso, é preciso ter em mente que o discurso não é e nunca será um acontecimento isolado. Pelo contrário, opõe-se a outros discursos que o precederam ou que o seguirão, e que também podem estar implícitos” (Reboul 2002, p. 23).

Realmente, à realização do objetivo de Salazar, ou seja, a tentativa de legitimação da ditadura, é essencial a aproximação desta última aos conceitos dicotómicos de verdade e mentira, a começar pelo título do discurso que estamos analisando. Tal aproximação leva o conceito de ditadura a ser associado ao de “verdade”, mas especificamente ao de “política de verdade”, deixando, de consequência, o conceito de “mentira” a ser associado a tudo o que é contrário àquela política.

Dita estratégia é desenvolvida por Salazar ao longo do seu discurso, a começar pelo parágrafo no qual pela primeira vez em seu discurso é citada a ditadura:

Não são consideradas as ditaduras governos de opinião, porque não recebem da opinião pública a sua força ou razão de ser nem obedecem na sua evolução às variações daquela. Mas podem e *devem* sê-lo no sentido de bem formá-la, de bem esclarecê-la, de bem orientá-la, de nada lhe esconder do que importa à vida colectiva e à solução dos problemas nacionais. *Menos que qualquer outra forma de governar, a ditadura precisa do embuste e da mentira*: a maior facilidade em dispor da força lhe impõe mais fortemente uma *perfeita sinceridade*. Pelo que directamente me toca, creio que *poucos períodos teremos vivido em que a administração das finanças públicas tenha sido tão atenta* e assiduamente seguida pelo País, em que se haja dado conhecimento de tantos elementos de estudo ou exposto tão desenvolvidamente a finalidade que se procura atingir e os caminhos por onde havemos de chegar à nossa regeneração financeira. *E, se há factos demonstrados, um é - que sobre espíritos que encontramos cansados de ser iludidos, a clareza das afirmações* e das contas exerceu uma estranha sedução. (Salazar 2016, p. 46)

Nele encontramos primeiramente a perentoriedade do verbo “dever”, seguida pelo descrédito das outras formas de governar que precisam mentir para ter sucesso, ao contrário da que é promovida pelo ministro, baseada numa perfeita sinceridade.

Ainda, afirmando que poucos foram os períodos em que a administração do governo fora tão atenta e seguida pelo país, Salazar consegue ao mesmo tempo promover de forma positiva a ditadura e negativa o que havia sido feito fora dela. Enfim, o ministro associa a “clareza” à ditadura e aos que não fazem parte do regime à “ilusão”, reforçando a afirmação com a garantia de ser um facto demonstrado.

A falta de coincidência entre as instituições e os seus fins, entre a aparência dos preceitos e a sua realidade profunda, entre a lei e a sua execução, fez da vida administrativa do País uma *mentira colossal*.

Se temos um vencimento e ao lado a acumulação ou o cofre de emolumentos, temos a *mentira dos ordenados*.

Se temos um número de funcionários para um trabalho e parte deles desligados do serviço, porque aguardam uma aposentação que não chega mais, temos a *mentira dos quadros*.

Se o funcionário tem outra vida que não só a de funcionário, e não entra à hora que deve, e não trabalha com zelo durante o tempo de serviço, e as faltas não são nunca averiguadas, nem julgadas, nem rapidamente punidas, temos a *mentira disciplinar*.

Se temos uma taxa para um imposto e meia dúzia de adicionais ao mesmo imposto ou de adicionais sobre a sua matéria colectável, temos a *mentira da tributação*.

Se temos fixado um período para pagamento de dívidas, e esse período é sucessivamente prorrogado, temos a *mentira dos prazos*.

Se temos um orçamento equilibrado, mas as receitas foram avaliadas em mais e as despesas foram artificialmente reduzidas abaixo do que hão-de ser, temos a *mentira das previsões*.

Se trazemos despesas públicas por fora do orçamento, e outras as iludimos e as pagamos por operações de tesouraria, arranjam os equilíbrios ou saldos, mas temos a *mentira das contas*.

Se nas indústrias do Estado não contabilizamos os vencimentos que saem das despesas gerais do Tesouro, nem os juros do capital que lhes foi cedido, nem os impostos que deviam pagar e não pagam, temos *mentiras de contabilidade* e sobre elas a *mentira do Estado industrial*.

Se o Exército não evita ou não castiga a desordem, se as escolas não ensinam, se os tribunais não fazem boa averiguação dos factos e recta aplicação da lei, temos a *mentira da força pública*, a *mentira da instrução*, a *mentira da justiça*.

E de todas estas *mentiras*, acumuladas, multiplicadas, enredadas umas nas outras, vêm todas as deficiências de que o País sofre e que há absoluta necessidade de suprir. (Salazar 2016, p. 47)

O objetivo do parágrafo supracitado é claro: estabelecer uma associação entre *passado* e *mentira* (e, de consequência, entre *presente* e *verdade*).

Sendo o passado um tempo em que a ditadura não estava presente e sendo o presente um tempo dominado pela mesma, e estando o passado relacionado com a *mentira* e, de consequência, o presente com a *verdade*, o resultado irá ser que o que é diferente da ditadura é *mentira*; que quem ou o que porventura não se encontra nela não é portador de *verdade*.

A primeira *mentira* que encontramos é *colossal*, e a escolha do superlativo revela-se extremamente importante por destacar o tipo de visão que o ministro tem e que quer passar para seu auditório: o *antes* da ditadura fora catastrófico. Em reforço à esta associação, segue um longo elenco no qual a palavra *mentira* é repetida outras treze vezes, instaurando um ritmo que se torna fundamental para que o que é dito não seja esquecido e enraíze-se na memória do auditório⁶. A consequência da *mentira* são as “deficiências de que o País sofre”, os males deixados, que irão ser curados pela *verdade*.

Ainda, Salazar reforça o conceito de ditadura associando-lhe o sentido de *novo*: “Tem a Ditadura de dotar o País com *novo* Estatuto Constitucional, criador de *nova* ordem política. É o pensamento e a necessidade de quantos povos recorreram à *ditadura como remédio supremo para grandes males*” (Salazar 2016, p. 51), ou seja, os “grandes males” de que fala Salazar estão inversamente relacionados com o “novo”; um novo Estatuto Constitucional e uma nova ordem política irão afastar tais males, e como a ditadura representa o “novo”, tudo o que não faz parte dela irá necessariamente fazer parte do seu oposto. O mesmo se passa em “Que falta? [...] que possa formar-se, sob a sua inspiração [da ditadura], um *novo* espírito e uma mentalidade *nova*. Só por meio desta se assegurará a continuidade da obra que se realizar, e sem esta segurança é quase *inútil* tudo o que se faz” (Salazar 2016, p. 51), onde o termo em questão é atributo de *espírito* e a *mentalidade*. Desta vez se a escolha não é o “novo”, é inútil continuar.

⁶ Não iremos aprofundar a questão do ritmo aqui pois o tema irá ser abordado no Paragrafo 2.5.

É possível, enfim, que a repetição do adjetivo tenha tido a função de conquistar a confiança do seu público. Sobre dita repetição, relacionada ao tema do ritmo, remetemos ao Parágrafo 2.5.

Em oposição à mentira, o Ministro das Finanças promove em seu discurso todas as *verdades* que caracterizariam a política do regime, a começar pelo título do texto “POLÍTICA DE *VERDADE*; / POLÍTICA DE SACRIFÍCIO; / POLÍTICA NACIONAL” (Salazar 2016, p. 45) e dos parágrafos “I. POLÍTICA DE *VERDADE*” (Salazar 2016, p. 46) e “A *VERDADE* NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA” (Salazar 2016, p. 47).

Nos trechos “afirmei, desde a primeira hora, que se impunha uma *política de verdade*” (Salazar 2016, p. 45), “*Política de verdade*, política de sacrifício, política nacional, é o que se há feito, é o que entendo vós aplaudis na vossa mensagem” (Salazar 2016, p. 46), “economizar para que seja possível, sem novos esforços tributários, a melhoria dos serviços públicos. *Política de verdade, política de sacrifício*” (Salazar 2016, p. 50) e “*Política de verdade, política de sacrifício, política nacional*” (Salazar 2016, p. 51), a força da repetição do sintagma o transforma no *slogan* do discurso, contribuindo para que fique impresso na memória do público. Ainda, em “vemos alargar-se o vasto campo da reforma, a empreender por uma política *de sinceridade e de verdade*” (Salazar 2016, p. 48) a política é não só de verdade mas também é de sinceridade.

Outras recorrências do termo, associadas ao regime, são encontradas também em: “Como a vida social, a política e a administração pública devem apoiar-se na *verdade*: por temperamento, por convicção, por imposição da consciência, defendo esta forma de dirigir e de administrar” (Salazar 2016, p. 46), “Em face do Governo a Nação tem também o dever de falar a *verdade*. Nas suas exposições e nos seus pedidos, nas suas queixas e nas suas reclamações, a Nação tem o dever de não ser exagerada ou menos *verdadeira*” (Salazar 2016, p. 46) e

Tem posto a Ditadura ao serviço deste pensamento o que nela há de essencial: a concentração de poderes, a rapidez de movimentos, a segurança da força. E tão *verdadeira* e oportuna é aquela política e tão eficiente a actividade governativa que os resultados a defendem e o País a aplaude. (Salazar 2016, p. 51)

ou ainda, em “o que pensam e o que sentem claramente, *verdadeiramente*, nas profundezas da sua alma sã, as cidades, as vilas, as serras e os campos de Portugal” (Salazar 2016, p. 45), “Alguém, superior ao Governo, consubstancia a unidade e tradição governativa e representa *verdadeiramente* a Nação, e em nome desta recebe agora no país vizinho as homenagens de toda a Espanha” (Salazar 2016, p. 53).

3.3. *Polifonia discordante: o outro como objeto de contraste*

No discurso de Salazar, a construção do *outro* concorre não só a descreditar o *inimigo*, como tivemos a oportunidade de ver acima, como também a definir a identidade do *eu*. Com efeito, estes momentos de contraposição correspondem a momentos de polifonia discordante que têm como efeito a valorização da voz do *eu* por contraste com os aspectos negativos do *outro*.

O parágrafo seguinte está permeado pela oposição entre o *outro* e Salazar:

Num sistema de administração em que predominava a *falta de sinceridade e de luz*, afirmei, desde a primeira hora, que se impunha uma política de verdade. Num sistema de vida social em que só direitos competiam, sem contrapartida de deveres, em que *comodismos e facilidades* se apresentavam como a melhor regra de vida, anunciei, como condição necessária de salvamento, uma política de sacrifício. Num Estado que nós dividimos ou deixámos dividir em irredutibilidades e em grupos, *ameaçando o sentido e a força da unidade da Nação*, tenho

defendido, sobre os *destroços e os perigos que dali derivaram*, a necessidade de uma política nacional. (Salazar 2016, pp. 45-46)

Com efeito, o *outro* está relacionado com um sistema em que predominava a falta de sinceridade e de luz, em que se pretendiam direitos, comodismos e facilidades sem deveres; o *outro* é divisão, destroços e perigos. Por contra, Salazar impõe o que é necessário, uma política de verdade e de sacrifício, defende a unidade da Nação e conhece a necessidade duma política nacional.

Indiretamente o ministro apresenta Portugal como um país em grande perigo e que necessita com urgência de ajuda. Esse perigo consiste em tudo o que havia antes; ao contrário, a salvação reside na política proposta.

Em

Mas, no ponto a que haviam chegado as coisas em Portugal, ninguém de são critério poderia já defender que se continuasse a usar e a abusar do crédito para pagar despesas correntes, e não só porque, há muito já fora da razão e da normalidade, o sistema não poderia ser praticado por mais tempo. (Salazar 2016, p. 48)

o contraste encontra-se entre quem tem ou não tem são critério; naturalmente, o *eu* está caracterizado por tê-lo.

A escolha do adverbio “acidentalmente” em

Quanto mais profundo é este sentimento da realidade nacional, tanto mais se impõe o desconhecimento das facções, dos partidos, dos grupos *em que se podem encontrar acidentalmente* os diferentes indivíduos. Se se desconhecem, não há política de partido, de facção, de grupo a confundir-se ou embaraçar a política nacional. (Salazar 2016, p. 50)

é de grande importância: encontrar-se *do outro lado* é acidental, não poderia ser uma escolha, não seria aceitável.

Em “Quando se observa a sucessão dos acontecimentos, *sobretudo nos últimos dez anos*, verifica-se que o Estado teve a política, *consciente ou não*, de poupar ao imposto o produtor português” (Salazar 2016, p. 49) Salazar sugere uma incompetência de fundo de quem gerenciou os ditos acontecimentos dos últimos dez anos. Uma escolha “consciente” revelaria uma má política pela má decisão; uma escolha “não consciente” revelaria a mesma má política, desta vez por falta de competência.

Enfim, em “Diante das *ruínas morais e materiais* acumuladas pelo individualismo revolucionário” (Salazar 2016, p. 51) e “e perante as quais [ideologias] o revigoramento do *nosso sentido nacional*, sobre uma *política nitidamente nacional*, pode evitar a *ruína de interesses vitais* do País” (Salazar 2016, p. 51) relaciona-se o *outro* à ruína: ruínas morais, materiais e de interesses *vitais* – vale notar também o emprego da hipérbole. Naturalmente, dito colapso pode ser evitado graças ao sentido nacional, que se apoia numa política *nitidamente* nacional. Mais uma vez, o regime é a salvação e, mais uma vez, a metáfora é sempre a do país gravemente ferido que necessita ajuda.

3.4. Humanização da ditadura

Enfim, encontramos nos trechos “Tem posto a Ditadura ao serviço deste pensamento o que nela há de essencial: a concentração de poderes, a rapidez de movimentos, a segurança da força” (Salazar 2016, p. 51), “Tem a Ditadura de dotar o País com novo Estatuto Constitucional, criador de nova ordem política” (Salazar 2016, p. 51) e, com o tom perentório dado pelo verbo “impor”, onde a ditadura é substituída pela sua política, em “A política de verdade *impõe* porém deveres dos governantes para com a Nação; *impõe*

deveres à Nação para com os governantes; *impõe* deveres ao legislador” (Salazar 2016, p. 46), “A mesma preconizada política de verdade *impõe* atitudes mentais e morais definidas” (Salazar 2016, p. 47), “A política de verdade *impõe-nos* a modificação radical de tal estado de coisas” (Salazar 2016, p. 47) e “O que é esta política nacional? Que base tem? Que deveres *impõe* aos governantes e à Nação?” (Salazar 2016, p. 50) a humanização da ditadura com a atribuição, a esta entidade, de papéis semânticos tais como os de agente, o que, nas palavras de Alexandra Guedes Pinto Dita “contribui para a aproximação empática entre a ditadura e o povo que a pode ver como algo palpável, dotado de perfil, de missão, de densidade psicológica” (Pinto 2014, p. 327).

3.5. O ritmo: emoção, perentoriedade e memória

“Desde a Antiguidade o ritmo da frase tem uma importância capital, pois é a música do discurso, o que torna a expressão harmoniosa ou surpreendente, fácil de lembrar” (Reboul 2002, p. 123), ou seja, o ritmo atua sobre a memória. Mas não é só isso, esta expressividade direta “remete-nos para uma dimensão de *peremptoriedade*. O imediatismo do efeito da fala rítmica é inegável; ritmo é coerção” (Fedel 1978, p. 483).

Uma frase torna-se rítmica porque esta forma

tem o poder de uma expressão emocional direta. O ritmo não é apenas o *ativador*, mas também o *ordenador* dos sentimentos. [...] O ritmo, com seu jogo envolvente de acumulações-tensões-resoluções, cria um desenvolvimento ordenado da energia emocional. Os sentimentos são, por assim dizer, marcados: unificados e distintos porque estão incorporados na forma rítmica. (Fedel 1978, p. 482)

Nesse sentido a repetição dá uma sensação de conclusão.

Reagrupamos algumas das recursividades mais frequentes encontradas no discurso que estamos tratando em três macro categorias que tem por base a figura retórica da enumeração (ou elenco); são elas a enumeração anafórica – com a repetição das mesmas palavras em conjuntos de três elementos –, a tríade de palavras que prescindem do conteúdo e, enfim, o elenco de palavras superior a três itens que pode comportar a reiteração da mesma palavra ou não.

3.5.1. Enumeração triádica anafórica

A anáfora é a retomada sob forma de repetição de uma ou mais palavras no início de enunciados, ou de segmentos, sucessivos (Garavelli 2006, pp. 198-199), o que faz dela uma figura de insistência. Do ponto de vista rítmico,

as acumulações com mais de três membros podem resultar menos incisivas devido ao excesso, as estruturas binárias, da mesma forma, por defeito. As ternárias, ao contrário, parecem as mais “harmônicas”; por exemplo, a tendência anafórica é frequentemente triádica. (Fedel 1978, p. 479)

Logo no título encontramos a primeira anafóra: “*Política* de verdade; *Política* de sacrifício; *Política* nacional” (Salazar 2016, p. 45); as mesmas recorrências se apresentam também em “Num sistema de administração em que [...] *política* de verdade. Num sistema de vida social em que [...] *política* de sacrifício. Num Estado que [...] *política* nacional” (Salazar 2016, pp. 45-46) e “*Política* de verdade, *política* de sacrifício, *política* nacional, é o que se há feito, é o que entendo vós aplaudis na vossa mensagem” (Salazar 2016, p. 46).

Ao longo do texto estão “*por* temperamento, *por* convicção, *por* imposição da

consciência” (Salazar 2016, p. 46), “A política de verdade *impõe* porém deveres dos governantes para com a Nação; *impõe* deveres à Nação para com os governantes; *impõe* deveres ao legislador na formulação das leis e aos serviços na sua execução” (Salazar 2016, p. 46), “e devem sê-lo no sentido *de bem* formá-la, *de bem* esclarecê-la, *de bem* orientá-la, de nada lhe esconder” (Salazar 2016, p. 46), “a Nação tem o dever *de* não ser exagerada ou menos verdadeira, *de* não avolumar ou generalizar os casos individuais [...], *de* dar a exacta expressão dos factos” (Salazar 2016, p. 46), “que a Nação, *quando* se lamenta de males que não existem, *quando* não faz uma declaração que se lhe pede e *quando* erra o número que se lhe exige” (Salazar 2016, p. 47), “A falta de coincidência *entre* as instituições [...], *entre* a aparência dos preceitos [...], *entre* a lei e a sua execução” (Salazar 2016, p. 47), “*Se* o Exército [...], *se* as escolas [...], *se* os tribunais” (Salazar 2016, p. 47), “*nem* espoliações, *nem* especulações, *nem* facilidades” (Salazar 2016, p. 49), “*economizar para que* não se tornem inoportáveis os encargos da Nação; *economizar para que* não seja desperdiçado o trabalho dos Portugueses; *economizar para que* seja possível, sem novos esforços tributários, a melhoria dos serviços públicos” (Salazar 2016, pp. 49-50), “*Diante* das ruínas morais e materiais [...]; *diante* das tendências de interesse colectivo [...]; *diante* das superiores necessidades da Pátria Portuguesa” (Salazar 2016, p. 51) e, enfim, “uma palavra quente *de* aplauso, *de* incitamento e *de* fé” (Salazar 2016, p. 53).

O ritmo ternário tem um valor musicalmente definidor (Leso 1973, pp. 139-158) e os 14 conjuntos de enumerações anafóricas deste tipo testemunham sua aplicação por Salazar.

3.5.2. Acumulação triádica não anafórica

Para que haja ritmo não é estritamente necessário que haja anáfora, sendo suficiente uma acumulação de três elementos. Com efeito

O processo do ritmo ternário [...] pode ser considerado da mesma maneira que aquelas “comuníssimas artimanhas ou caprichos naturais de quem tenta escrever ou falar com certo senso de ritmo e harmonia”. É, logo, reconhecida à tríade uma intrínseca ritmicidade. (Fedel 1978, p. 478)

como já vínhamos vendo no subcapítulo anterior.

Alguns trechos exemplificativos retirados do discurso salazarista em questão são, entre outros, “Não há regra *fixa, matemática, uniforme*” (Salazar 2016, p. 48), “a reorganização constitucional do Estado tem de basear-se em nacionalismo *sólido, prudente, conciliador*” (Salazar 2016, p. 51) e “de todos os elementos *naturais, tradicionais e progressivos* da sociedade” (Salazar 2016, p. 51), onde encontramos a acumulação de adjetivos, e, enfim, “É de todas estas mentiras, *acumuladas, multiplicadas, enredadas* umas nas outras” (Salazar 2016, p. 47), em que são acumulados os participípios passados de três verbos da primeira pessoa que, neste caso, atuam também como adjetivos, funcionando como um predicativo do sujeito.

3.5.3. Enumeração indiscriminada

A figura retórica da enumeração (ou elenco) também pode reunir os elementos indiscriminadamente: “é suficiente que evoquem a ideia de um ‘dado conjunto’” (Fedel 1978, p. 478). No nosso caso as palavras que fazem parte da enumeração são repetidas com frequência mas a sua disposição é diferente da dos exemplos que elencamos nos parágrafos anteriores.

Temos esse exemplo com a anáfora em “*Nas suas exposições e nos seus pedidos, nas suas queixas e nas suas reclamações*” (Salazar 2016, p. 46) e “*dos nossos defeitos administrativos, da nossa prodigalidade, do nosso prazer de gastar, das nossas aspirações desmedidas, do secreto desejo dos serviços*” (Salazar 2016, p. 53) e com as alternâncias entre “se” e “mentira” ao longo dum parágrafo inteiro

fez da vida administrativa do País uma *mentira* colossal. *Se* temos um vencimento [...], *mentira* dos ordenados. *Se* temos um número [...], *mentira* dos quadros. *Se* o funcionário tem outra vida [...], *mentira* disciplinar. *Se* temos uma taxa [...], *mentira* da tributação. *Se* temos fixado um período [...], *mentira* dos prazos. *Se* temos um orçamento equilibrado [...], *mentira* das previsões. *Se* trazemos despesas públicas [...], *mentira* das contas. *Se* nas indústrias do Estado [...], *mentiras* de contabilidade e sobre elas a *mentira* do Estado industrial. [...] temos a *mentira* da força pública, a *mentira* da instrução, a *mentira* da justiça. E de todas estas *mentiras* [...]. (Salazar 2016, p. 47)

O mesmo se passa no trecho “A *reforma do orçamento* das receitas, a *reforma do orçamento* das despesas, a criação da Intendência do *Orçamento*, a próxima *reforma* da contabilidade [...] a *reforma* tributaria” (Salazar 2016, pp. 47-48) onde a alternância se instaura entre as palavras “reforma” e “orçamento”.

Há enumeração pelo que se refere à preposição “em” que introduz os diversos elementos que se seguem

São dezenas e dezenas de milhões de libras os capitais que *em* títulos da dívida pública, *em* créditos particulares, *em* acções e obrigações de empresas, *em* prestações de dinheiro, *em* remunerações de serviços, *em* immobilizações afectas a serviços particulares e públicos se sumiram pela desvalorização da moeda. (Salazar 2016, p. 49)

Enfim, concluímos com as figuras retóricas da antítese e da metáfora, respectivamente nos trechos “*Nada contra a Nação, tudo pela Nação*” (Salazar 2016, p. 50) e “a onda represada, vencido o primeiro obstáculo, destruiria sem custo todas as barragens” (Salazar 2016, p. 53). Na antítese se apresentam ideias opostas ou contrastantes em uma mesma frase ou expressão com o objetivo de destacar a diferença entre elas como, no nosso caso o *slogan* salazarista, que insinua indiretamente que quem está fora do círculo do regime está contra a Nação, logo, é um inimigo, um traidor da mesma. Pelo que se refere ao uso da metáfora, assim como a repetição e os conjuntos triádicos, essa figura também serve a suscitar sentimentos:

Na metáfora, os termos se desprendem de seu contexto “natural” (literal e descritivo) e são associados a um novo contexto: evoca-se, assim, uma nova realidade distante da referencialidade convencional dos próprios termos. [...] a capacidade da metáfora [...] [é a] de expressar, concisa e especificamente, os sentimentos do orador e/ou de despertar os sentimentos de quem está a sua escuta reside no fato de que o processo metafórico cria uma *imagem* (metafórica) que sublinha aqueles elementos perceptivos ou expressivos que a situação argumentativa requer. (Fedel 1978, pp. 487-488)

4. Considerações finais

Não há política sem discurso. Este é constitutivo daquela. A linguagem é o que motiva a ação, a orienta e lhe dá sentido. A política depende da ação e se inscreve constitutivamente nas relações de influência social, e a linguagem, em virtude do fenómeno de circulação dos discursos, é o que permite que se constituam espaços de discussão, de persuasão e de sedução nos quais se elaboram o pensamento e a ação políticos. A ação política e o discurso político estão indissociavelmente ligados, o que justifica pelo mesmo raciocínio o estudo pelo

discurso. (Charaudeau 2011, p. 39)

A associação ao que faz e não faz parte do regime que o orador quer legitimar, serve o objetivo de apresentação da ditadura como a única solução verdadeira – e não ilusória, como já tivemos a oportunidade de ver anteriormente – para os problemas, os “grandes males” de que sociedade e os cidadãos eram afetados; com efeito, o texto enfatiza a ideia de que Portugal está em perigo e precisa de ajuda, e que a salvação do país reside na política proposta por Salazar, *único* portador *da* verdade.

As estratégias analisadas neste trabalho podem, enfim, ser vistas como essenciais e imprescindíveis para o sucesso duma retórica da manipulação por parte do orador, uma vez que excluem qualquer possibilidade de debate ou resposta. Realmente, “um discurso retórico é sempre mais ou menos fechado, não admitindo réplica. Um slogan de sucesso é aquele que exclui qualquer resposta” (Reboul 2002, p. 110).

A partir do seu discurso, Salazar quer deixar impresso na memória de seu auditório que tudo o que não faz parte do *novo*, é *mentira*.

Bionota: Gabriela Iurcev é doutoranda em “Scienze Linguistiche, Filologiche e Letterariena” pela Università degli Studi di Padova. A sua pesquisa doutoral centra-se na análise do discurso político de António de Oliveira Salazar, com base nos discursos públicos proferidos pelo ditador entre 1928 e 1966. Anteriormente, concluiu o Mestrado em Línguas e Literaturas Europeias e Americanas na mesma universidade, apresentando a dissertação intitulada “Fernando Pessoa e a poética do desassossego: análise geocrítica e espaços simbólicos no *Livro do Desassossego* e *Lisbon: What the Tourist Should See*”.

Recapito autrice: gabriela.iurcev@phd.unipd.it

Referências

- Barthes R. 1970, *L'ancienne rhétorique*, in “Recherches rhétoriques” 16, Seuil, Paris, pp. 172-223; trad. it. di Fabbri P. 2000, *La retorica antica*, Tascabili Bompiani, Milano.
- Berruto G. 1995, *Fondamenti di sociolinguistica*, Laterza, Bari.
- Charaudeau P. 2005, *Le discours politique. Les masques du pouvoir*, Vuibert, Paris; tradução de Komesu F. e Ferreira da Cruz D. 2005, *Discurso político*, Editora Contexto, São Paulo.
- Cortelazzo M. 2016, *Il linguaggio della politica*, Editoriale L'Espresso, Roma.
- De Rosa G.L. 2021, Negacionismo y posverdad en el discurso político institucional de Bolsonaro, in “Cultura Latinoamericana” 34 [2], pp. 48-65.
- Fedel G. 1978, Per uno studio del linguaggio di Mussolini, in “Il Politico”, 43 [3], Rubbettino Editore, pp. 467-495.
- Foucault M. 2008, *A arqueologia do saber*, Forense Universitária, Rio de Janeiro.
- Garavelli B.M. 2006, *Manuale di retorica*, Bompiani, Milano.
- Klemperer V. 2008, LTI – La lingua del Terzo Reich, Taccuino di un filologo, Giuntina, Firenze.
- Leso E. 1973, Aspetti della lingua del Fascismo. Prime linee di una ricerca, in Gnerre M. et al. (a cura di), *Storia linguistica dell'Italia nel Novecento*, Atti del quinto Convegno internazionale di studi, Bulzoni, Roma, pp. 139-158.
- Meneses F.R. de. 2010, *Salazar. A Political Biography*, Enigma Books, New York; tradução de Teresa Casal 2011, *Salazar, biografia definitiva*, LeYa Brasil, São Paulo.
- Perelman C. et Olbrechts-Tyteca L. 1958, *Traité de l'argumentation. La nouvelle rhétorique*, Presses Universitaires de France, Paris; trad. it. di Schick C., Mayer M. et Barassi E., 2001, *Trattato dell'argomentazione. La nuova retorica*, Einaudi, Torino.
- Pimenta F.T. 2011, *Storia politica del Portogallo contemporaneo (1800-2000)*, Le Monnier, Mondadori Education S.p.A., Milano.
- Pinto A.G. 2014, O discurso da ditadura: ditadura, ordem e desordem em António de Oliveira Salazar, in “Forma breve”, Universidade do Porto, Porto, pp. 313-343.
- Reboul O. 1994, *Introduction à la rhétorique. Théorie et pratique*, Presses Universitaires de France, Paris; trad. it. di Alfieri G. 2002, *Introduzione alla retorica*, Il Mulino, Bologna.
- Salazar A.O. 2016, *Discursos e Notas Políticas – 1928 a 1966*, Coimbra Editora, Coimbra.

Anexos

III. POLÍTICA DE VERDADE; POLÍTICA DE SACRIFÍCIO; POLÍTICA NACIONAL⁷

Meus Senhores: - Vão para V. Ex.^a, Sr. Ministro,⁸ e para o Governo os meus primeiros agradecimentos pela bondade das suas palavras e pela participação na homenagem que resolveram prestar-me as câmaras municipais. Às ilustres comissões administrativas dos municípios agradeço penhorado a honrosa manifestação que me é feita pelos seus dignos representantes, e afirmo que guardarei dela perdurável e grata recordação, não obstante a violência que precisei de fazer sobre mim próprio para estar aqui neste momento.

Sacrificando a mais altas considerações o meu modo de ver pessoal, não me opus terminantemente a este acto por dois motivos principais: temi que uma recusa formal fosse tida como maior manifestação de orgulho do que em qualquer caso podia ser de vaidade aceitar os vossos aplausos; depois, pareceu-me que, estando-me vedado percorrer o País, haveria vantagem, para a marcha dos negócios públicos, em apreender nesta Lisboa «de muitas e desvairadas gentes» o que pensam e o que sentem claramente, verdadeiramente, nas profundezas da sua alma sã, as cidades, as vilas, as serras e os campos de Portugal.

Passa breve a memória dos homens na história e na memória dos povos, nem politicamente convém - tanta vez as circunstâncias obrigam a sacrificá-la - consubstanciar numa individualidade, por mais alta e poderosa que seja, todo o futuro duma obra colectiva, tanto mais se a Nação adquiriu já a plena consciência do seu estado e manifesta a vontade firme de seguir os caminhos do seu destino. Por mim estou convencido de que a facilidade de realização de certos actos e a rapidez dos resultados obtidos demonstram que não fiz mais que traduzir na palavra e no facto, possivelmente com maior precisão que outros pelas condições especiais do meu lugar, as tendências, as aspirações, o espírito de renovação e reforma do País.

Num sistema de administração em que predominava a falta de sinceridade e de luz, afirmei, desde a primeira hora, que se impunha uma política de verdade. Num sistema de vida social em que só direitos competiam, sem contrapartida de deveres, em que comodismos e facilidades se apresentavam como a melhor regra de vida, anunciei, como condição necessária de salvamento, uma política de sacrifício. Num Estado que nós dividimos ou deixámos dividir em irredutibilidades e em grupos, ameaçando o sentido e a força da unidade da Nação, tenho defendido, sobre os destroços e os perigos que dali derivaram, a necessidade de uma política nacional.

Política de verdade, política de sacrifício, política nacional, é o que se há feito, é o que entendo vós aplaudis na vossa mensagem. Se me permitis, porém, eu desenvolvo um pouco mais o nosso pensamento comum.

I. POLÍTICA DE VERDADE

Como a vida social, a política e a administração pública devem apoiar-se na verdade: por temperamento, por convicção, por imposição da consciência, defendo esta

⁷ Discurso proferido na Sala do Conselho de Estado em 21 de Outubro de 1929, agradecendo a manifestação feita pelas câmaras municipais do País.

⁸ O Ministro da Justiça, Dr. Lopes da Fonseca.

forma de dirigir e de administrar. A política de verdade impõe porém deveres dos governantes para com a Nação; impõe deveres à Nação para com os governantes; impõe deveres ao legislador na formulação das leis e aos serviços na sua execução.

OS GOVERNANTES PARA COM A NAÇÃO

Não são consideradas as ditaduras governos de opinião, porque não recebem da opinião pública a sua força ou razão de ser nem obedecem na sua evolução às variações daquela. Mas podem e devem sê-lo no sentido de bem formá-la, de bem esclarecê-la, de bem orientá-la, de nada lhe esconder do que importa à vida colectiva e à solução dos problemas nacionais. Menos que qualquer outra forma de governar, a ditadura precisa do embuste e da mentira: a maior facilidade em dispor da força lhe impõe mais fortemente uma perfeita sinceridade.

Pelo que directamente me toca, creio que poucos períodos teremos vívido em que a administração das finanças públicas tenha sido tão atenta e assiduamente seguida pelo País, em que se haja dado conhecimento de tantos elementos de estudo ou exposto tão desenvolvidamente a finalidade que se procura atingir e os caminhos por onde havemos de chegar à nossa regeneração financeira. E, se há factos demonstrados, um é - que sobre espíritos que encontrámos cansados de ser iludidos, a clareza das afirmações e das contas exerceu uma estranha sedução.

A NAÇÃO PARA COM OS GOVERNANTES

Em face do Governo a Nação tem também o dever de falar a verdade.

Nas suas exposições e nos seus pedidos, nas suas queixas e nas suas reclamações, a Nação tem o dever de não ser exagerada ou menos verdadeira, de não avolumar ou generalizar os casos individuais, confundindo-os com os interesses colectivos, de dar a exacta expressão dos factos que facilitem aos governantes a solução dos problemas. Por defeito pronunciado da nossa educação temos pouco o sentido da objectividade, e as nossas teses são mais amiúde demonstradas com razões deduzidas pelo raciocínio que com factos tirados da realidade da vida. Há que confrontar com eles a cada passo, se não assentar neles, os nossos juízos, e pensar que a Nação, quando se lamenta de males que não existem, quando não faz uma declaração que se lhe pede e quando erra o número que se lhe exige, falta a colaborar com o seu Governo e é directamente responsável dos erros cometidos e da má administração pública.

A VERDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A mesma preconizada política de verdade impõe atitudes mentais e morais definidas, em face de certos problemas. A falta de coincidência entre as instituições e os seus fins, entre a aparência dos preceitos e a sua realidade profunda, entre a lei e a sua execução, fez da vida administrativa do País uma mentira colossal.

Se temos um vencimento e ao lado a acumulação ou o cofre de emolumentos, temos a mentira dos ordenados.

Se temos um número de funcionários para um trabalho e parte deles desligados do serviço, porque aguardam uma aposentação que não chega mais, temos a mentira dos quadros.

Se o funcionário tem outra vida que não só a de funcionário, e não entra à hora que deve, e não trabalha com zelo durante o tempo de serviço, e as faltas não são nunca averiguadas, nem julgadas, nem rapidamente punidas, temos a mentira disciplinar.

Se temos uma taxa para um imposto e meia dúzia de adicionais ao mesmo imposto ou de adiconamentos sobre a sua matéria colectável, temos a mentira da tributação. Se temos fixado um período para pagamento de dívidas, e esse período é sucessivamente prorrogado, temos a mentira dos prazos.

Se temos um orçamento equilibrado, mas as receitas foram avaliadas em mais e as despesas foram artificialmente reduzidas abaixo do que hão-de ser, temos a mentira das previsões.

Se trazemos despesas públicas por fora do orçamento, e outras as iludimos e as pagamos por operações de tesouraria, arranjam os equilíbrios ou saldos, mas temos a mentira das contas.

Se nas indústrias do Estado não contabilizamos os vencimentos que saem das despesas gerais do Tesouro, nem os juros do capital que lhes foi cedido, nem os impostos que deviam pagar e não pagam, temos mentiras de contabilidade e sobre elas a mentira do Estado industrial.

Se o Exército não evita ou não castiga a desordem, se as escolas não ensinam, se os tribunais não fazem boa averiguação dos factos e recta aplicação da lei, temos a mentira da força pública, a mentira da instrução, a mentira da justiça.

E de todas estas mentiras, acumuladas, multiplicadas, enredadas umas nas outras, vêm todas as deficiências de que o País sofre e que há absoluta necessidade de suprir. A política de verdade impõe-nos a modificação radical de tal estado de coisas, e, para não sair do âmbito das finanças, muitas medidas têm sido promulgadas que duma vez ou por aproximações sucessivas, conforme é indicado, se inspiram nesse pensamento e tendem a realizar esse objectivo. A reforma do orçamento das receitas, a reforma do orçamento das despesas, a criação da Intendência do Orçamento, a próxima reforma da contabilidade, a obra de actualização e aperfeiçoamento da estatística, que, quando acabada, eu consideraria uma das maiores e mais interessantes obras da Ditadura, a reforma tributária em numerosas das suas disposições, a simplificação dos despachos aduaneiros, a redução das isenções, tudo são medidas que se integram no mesmo pensamento fundamental.

Mas, mais importante que a actividade legislativa é a radicada atitude de espírito de que em todo o conjunto da administração os actos, as decisões, os organismos hão-de estar em concordância com o seu fim e em equação com a realidade que aparentam. E se nos lembrarmos de que fora do Estado, mas paredes meias com ele, se desenvolve a vida económica e financeira, por cuja regularidade e perfeita correcção ao Estado incumbe olhar, vemos alargar-se o vasto campo da reforma, a empreender por uma política de sinceridade e de verdade.

II. POLÍTICA DE SACRIFÍCIO

Toda a administração financeira repousa neste duplo equilíbrio: o resultante da distribuição dos encargos públicos pela geração presente e pelas gerações futuras; o resultante das restrições impostas aos rendimentos ou riqueza em formação e aos capitais ou riqueza consolidada. O primeiro provém da acção combinada do imposto e do empréstimo; o segundo provém das imposições directas dos rendimentos e consumo, e das confiscações de capital, sobretudo pela desvalorização monetária.

SACRIFÍCIO DA GERAÇÃO PRESENTE

Não há regra fixa, matemática, uniforme, para determinar a proporção em que deve recorrer-se ao imposto e ao empréstimo: depende isso em grande parte do conceito dos governantes e da virilidade dos povos. Mas, no ponto a que haviam chegado as coisas em

Portugal, ninguém de são critério poderia já defender que se continuasse a usar e a abusar do crédito para pagar despesas correntes, e não só porque, há muito já fora da razão e da normalidade, o sistema não poderia ser praticado por mais tempo, mas ainda porque se hipotecariam ao presente os rendimentos das futuras gerações, a quem, para sempre talvez, se cortava a possibilidade de realizar, conforme as exigências do seu tempo, as condições do progresso nacional.

Deste primeiro ponto de vista resultava que devia considerar-se fechado o recurso ao crédito para tudo quanto não fossem obras de utilidade geral para nós e para os vindouros. Temos uma dívida pública que não pode considerar-se grande e que absorve uma percentagem não exagerada das nossas receitas, quando a comparamos com a de outras nações; mas é grande o atraso do País, e é para preencher as lacunas deste atraso que deve ciosamente guardar-se toda a nossa reserva de crédito: mais um motivo para, sobre a geração actual apenas, haverem de recair todos os encargos ordinários da administração pública. O primeiro sentido desta política de sacrifício é que há uma geração sacrificada ao futuro da Pátria - a nossa geração.

SACRIFÍCIO DOS RENDIMENTOS E NÃO DOS CAPITAIS

O segundo equilíbrio entre as imposições dos rendimentos e dos capitais, como obtê-lo também?

Quando se observa a sucessão dos acontecimentos, sobretudo nos últimos dez anos, verifica-se que o Estado teve a política, consciente ou não, de poupar ao imposto o produtor português; mas como simultaneamente não houve a preocupação de reduzir as despesas, e estas mesmo não poderiam baixar além de certos limites, arranjou-se maneira de confiscar os capitais para substituir o que não vinha nem do imposto nem do empréstimo. São dezenas e dezenas de milhões de libras os capitais que em títulos da dívida pública, em créditos particulares, em acções e obrigações de empresas, em prestações de dinheiro, em remunerações de serviços, em immobilizações afectas a serviços particulares e públicos se sumiram pela desvalorização da moeda, foram transferidos de uns possuidores a outros e gastos em desperdícios de vida larga, com a ilusão de serem rendimentos o que de facto era uma fração importante do capital nacional.

Se dividirmos em duas grandes classes toda a população segundo a sua posição de credora e devedora - de um lado os proprietários, os portadores de títulos, os capitalistas, os funcionários, os operários (também credores pelos seus vencimentos e pelos seus salários), e do outro, comércio, indústria, agricultura, em geral trabalhando a crédito e, portanto, devedores; se supusermos dividida a população nestes dois grupos, verificar-se-á que as desvalorizações sucessivas da moeda beneficiam um grupo e sobrecarregam outro: exoneram de dívidas a produção e por isso a facilitam momentaneamente, mas vêm por fim a destruir as condições do seu desenvolvimento e a capacidade consumidora dos seus mercados.

Com este pensamento impunha-se não sacrificar mais os capitais - base, factor do progresso económico futuro - e, para os poupar, chamar aos sacrifícios necessários todos os rendimentos da Nação. Daqui o duplo objectivo - assegurar tanto quanto possível valor estável à moeda e sobretudo não permitir novas depreciações; depois elevar a tributação ao nível exigido pelas reais necessidades do Estado. A política de sacrifício tem, pois, este segundo significado - não deixar sacrificar umas às outras as diferentes classes da Nação e sujeitá-las igualmente a todas as restrições impostas pela salvação comum.

Compreende-se o doloroso de tal política pelas suas repercussões directas e indirectas no corpo social: nem espoliações, nem especulações, nem facilidades; mas cada um em face dos seus encargos passados, fixos agora, e de novo peso em favor do

equilíbrio das contas públicas. Desta situação não havia mais que uma saída - rígidas economias para já, aumento de trabalho e produção para o futuro. O Estado dá o seu exemplo - a ordem é economizar. A política de economias não é senão um aspecto da mesma política de sacrifício: economizar para que não se tornem inoportáveis os encargos da Nação; economizar para que não seja desperdiçado o trabalho dos Portugueses; economizar para que seja possível, sem novos esforços tributários, a melhoria dos serviços públicos. Política de verdade, política de sacrifício.

III. POLÍTICA NACIONAL

O que é esta política nacional? Que base tem? Que deveres impõe aos governantes e à Nação?

ATITUDE NACIONALISTA DOS GOVERNANTES

A primeira exigência da política nacional, como o primeiro dever dos governantes, é o reconhecimento, é o sentimento profundo da realidade objectiva da Nação Portuguesa em toda a extensão territorial da sua metrópole, das suas ilhas e das suas colónias, em todo o conjunto da sua população - uma realidade histórica e uma realidade social. Nela estão incorporados e por ela vivem os indivíduos, as famílias, os organismos privados e públicos. E na unidade resultante da sua integração e da concordância profunda dos seus interesses, ainda que às vezes aparentemente contrários, não há que separá-los ou opô-los, mas que subordinar a sua actividade ao interesse colectivo. Nada contra a Nação, tudo pela Nação.

Quanto mais profundo é este sentimento da realidade nacional, tanto mais se impõe o desconhecimento das facções, dos partidos, dos grupos em que se podem encontrar acidentalmente os diferentes indivíduos. Se se desconhecem, não há política de partido, de facção, de grupo a confundir-se ou embaraçar a política nacional; e daqui resultam dois bens: para a Nação, ser o único objecto das preocupações governativas; para os governantes, a magnífica liberdade de só servir a Nação.

ATITUDE NACIONALISTA DOS GOVERNADOS

Impõe-se aos governos uma política nacional; e em face dela aos governados impõe-se também uma atitude, um sentimento nacional - com a disposição de trabalhar pela Nação, o apreço, o amor do que é português. Às inteligências, ao trabalho, à economia, à finança impõe-se, com os olhos abertos sobre o mundo, ter o coração voltado para Portugal, e assim se evitará o desconhecimento das nossas coisas e o menosprezo dos nossos maiores interesses. - Quereis duas pequenas amostras desta atitude no campo económico: onde comerciamos? onde colocamos os nossos capitais?

Acabámos com as restrições do comercio internacional e pode dizer-se que nenhuns entraves existem à circulação dos produtos. É o nosso dever de Estado que deseja a mais larga colaboração no concerto das nações. Mas o nosso dever de Portugueses era, mesmo com passageiro sacrifício, dar preferência a produtos do trabalho nacional, preferência que nunca poderia ser criticada a um país que compra ao estrangeiro duas vezes e meia o que lhe vende.

Nós caminhamos para a livre circulação dos fundos públicos e privados, e só exigências duma situação que não se pôde modificar completamente nos impõem ainda algumas restrições. É óptimo que o País tenha uma sólida carteira de títulos estrangeiros, mas o seu exagero anemiza, em vez de enriquecer, a economia nacional e força-nos a

perguntar porque não darão os Portugueses ao seu país a confiança que lhe dão já hoje os países estrangeiros.

Devemos ter o espírito largo e a alma aberta a toda a colaboração útil no domínio internacional, mas vemos correr mundo, de quando em quando, ideologias que podem ser ingénuas, mas não ser inofensivas, e perante as quais o revigoramento do nosso sentido nacional, sobre uma política nitidamente nacional, pode evitar a ruína de interesses vitais do País.

A NAÇÃO NO ESTATUTO CONSTITUCIONAL

Tem a Ditadura de dotar o País com novo Estatuto Constitucional, criador de nova ordem política. É o pensamento e a necessidade de quantos povos recorreram à ditadura como remédio supremo para grandes males.

Diante das ruínas morais e materiais acumuladas pelo individualismo revolucionário; diante das tendências de interesse colectivo que aquelas provocaram por toda a parte no espírito do nosso tempo; diante das superiores necessidades da Pátria Portuguesa - a reorganização constitucional do Estado tem de basear-se em nacionalismo sólido, prudente, conciliador, que trate de assegurar a coexistência e actividade regular de todos os elementos naturais, tradicionais e progressivos da sociedade. Entre eles devemos especializar a família, a corporação moral e económica, a freguesia e o município. As garantias políticas destes factores primários parece-me a mim que devem ter a sua consagração na Constituição Portuguesa, de modo que influam directa ou indirectamente na formação dos corpos supremos do Estado. Só assim este será a expressão jurídica da Nação na realidade da sua vida colectiva.

Mas, enquanto não chega a oportunidade da reforma constitucional, não devem esquecer-se os detentores do Poder de que a Ditadura não é regime de arbítrio ou prepotência, mas regime de forte, de honesta legalidade.

Política de verdade, política de sacrificio, política nacional. - Tem posto a Ditadura ao serviço deste pensamento o que nela há de essencial: a concentração de poderes, a rapidez de movimentos, a segurança da força. E tão verdadeira e oportuna é aquela política e tão eficiente a actividade governativa que os resultados a defendem e o País a aplaude.

Que falta? Que se alarguem e intensifiquem a sua acção e influência em todos os domínios da vida social, e que possa formar-se, sob a sua inspiração, um novo espírito e uma mentalidade nova. Só por meio desta se assegurará a continuidade da obra que se realizar, e sem esta segurança é quase inútil tudo o que se faz.

IV. A REORGANIZAÇÃO FINANCEIRA E ECONÓMICA

Preenchendo o meu tempo a falar-vos do espírito informador da nossa administração, foi meu propósito deliberado poupar-vos aos cálculos e números, maçadores como todos os discursos de ministros das Finanças, e dispensar-me a mim da reedição dum trabalho cujas linhas fundamentais conheceis e aplaudis e a que países estrangeiros não têm regateado o seu louvor.

DEFESA DO ORÇAMENTO

Com o equilíbrio do orçamento, a seriedade das contas, a lisura nos contratos e este conceito de o Estado dever ser sempre uma pessoa de bem, lançaram-se as bases sólidas da reorganização financeira de Portugal e sobre elas se assentou o crédito público, aqui e lá fora. Realizámos um esforço análogo ao da Inglaterra, da Áustria, da Hungria, da

Checoslováquia, da Alemanha, da Itália, da Bélgica, da França, enfim de todos os países que trataram de levantar-se das ruínas deixadas pela guerra; e a Europa teve de reconhecer que procedemos com verdadeiro heroísmo.

Defender com solicitude e energia o orçamento, para assegurar a sequência da restauração financeira e o desenvolvimento da acção económica, é, continua a ser a primeira necessidade, porque de outra forma romper-se-ia o equilíbrio fundamental e tudo se desmoronaria. Eis a posição que há pouco marcava em França o Sr. Chéron, Ministro das Finanças, para que pudesse consolidar-se o equilíbrio em que tanto se empenhara, e com tão brilhante resultado, o Governo Poincaré. Em Portugal acresce que ainda se não fizeram, por se não haverem proporcionado as circunstâncias, a estabilização legal e definitiva da moeda e a reforma do banco emissor. Quer dizer que, mais que em qualquer outra nação onde o problema tenha sido resolvido, nos é imposta a defesa intransigente do equilíbrio orçamental.

Esta ideia que domina por toda a parte a reorganização, devemos tê-la bem presente no espírito, para não surgirem ilusões inconciliáveis com as maiores necessidades da Pátria, embora se devam ter esperanças de futuros alívios. Estes serão tanto mais certos e próximos quanto mais se apressar, de todos os lados, a reconstrução material do País, cuidado que o Governo chama a si, secundado por todos os outros elementos da Nação.

Por vários Ministérios se trabalha no plano de obras de fomento a realizar e se estuda a colaboração do Estado naqueles domínios onde a sua assistência se reputa necessária ao revigoreamento da economia nacional, na metrópole e nas colónias. São muitos centos de milhares de contos o que há-de gastar-se nos seis a dez anos que vão seguir-se. As economias privadas tomarão sobre si uma parte, as finanças públicas o restante, e tudo se fará sem menosprezo dos princípios fundamentais da nossa administração, contanto que não percamos o sentido das proporções, não precipitemos a solução conjunta de problemas além das nossas possibilidades e continue a praticar-se o mesmo processo de ditadura financeira, com a sua unidade de plano e a sua rigidez de execução.

DITADURA FINANCEIRA

Para essa ditadura não tem faltado a absoluta confiança da Nação, e honra seja aos Chefes de Governo que não tiveram outra política financeira que a do seu Ministro das Finanças, e aos Ministros que têm sacrificado às altas necessidades da Pátria, com um pouco do seu legítimo orgulho, os seus pontos de vista pessoais.

Sinto quase como no princípio a forte pressão dos nossos defeitos administrativos, da nossa prodigalidade, do nosso prazer de gastar, das nossas aspirações desmedidas, do secreto desejo dos serviços de furtar as despesas a uma fiscalização rigorosa. Ai de nós se supomos chegadas maiores facilidades e se cremos desnecessária a intransigência com que se há defendido o dinheiro do contribuinte português: a onda represada, vencido o primeiro obstáculo, destruiria sem custo todas as barragens.

Meus Senhores: - Quisestes vós ter a amabilidade de trazer-me, por parte das populações que administrais, uma palavra quente de aplauso, de incitamento e de fé. Em boa verdade e em boa consciência eu tenho que retribuir-vo-la, tão benéficos resultados tem o País tirado da vossa administração.

Foi para mim a homenagem, mas a obra não é minha: eu sou apenas obreiro que trabalha, com espírito de bem servir, na campanha do levantamento de Portugal e realiza disciplinadamente, no conjunto, a parte que se lhe pede. Alguém, superior ao Governo, consubstancia a unidade e tradição governativa e representa verdadeiramente a Nação, e

em nome desta recebe agora no país vizinho as homenagens de toda a Espanha. Que para o ilustre Chefe do Estado vão, pois, as vossas últimas e mais quentes saudações. (Salazar 2016, pp. 45-53)